



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO**

---

**EDITAL PR/MT Nº 14/2023**

**XVI PROCESSO SELETIVO UNIFICADO DE ESTAGIÁRIOS  
NA ÁREA DE DIREITO**

O Procurador da República Guilherme Fernandes Ferreira Tavares, membro da Comissão Organizadora do XVI Processo Seletivo para Recrutamento de Estagiários a Área de Direito, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria PR/MT nº 221, de 29/07/2023, e tendo em vista o disposto no Ofício Circular SG/PGR nº 258, de 6 de janeiro de 2021, e o Edital PR/MT nº 10/2023, torna pública a convocação para o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos classificados que se inscreveram como negros, observadas as disposições constantes neste edital.

**1. OBJETIVO**

1.1 Confirmar a veracidade e conformidade da autodeclaração dos candidatos que se inscreveram no processo seletivo de estágio como preto ou pardo, com base exclusivamente nos aspectos fenotípicos.

1.1.1 A ascendência ou colateralidade familiar do candidato não será considerada em nenhuma hipótese para os fins de averiguação da autodeclaração de pessoa negra do candidato.

**2. DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO**

2.1 A comissão de heteroidentificação será composta, em regra, por 5 (cinco) integrantes, que tenham formação ou experiência nas temáticas da promoção da igualdade racial e do enfrentamento do racismo, os quais deverão ser distribuídos por gênero e cor.

**3. DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR À  
AUTODECLARAÇÃO DOS CANDIDATOS NEGROS**

3.1 O candidato que se autodeclarou negro será submetido ao procedimento de heteroidentificação, complementar à autodeclaração preenchida para concorrer à reserva de vagas a que se refere o item 6 do Edital de Abertura, publicado em 14 de agosto de 2023.

3.1.1 O candidato deverá verificar a data, local e horário previstos para a realização do procedimento de heteroidentificação, conforme constante do item 4 deste Edital.

3.1.1.1 Não será realizado procedimento, em hipótese alguma, fora da data, local e horário predeterminados no item 4 deste edital.

3.1.1.2 As entrevistas serão realizadas em formato telepresencial.

3.1.1.2.1 Quando do procedimento de Heteroidentificação de forma telepresencial, as condições de acesso e conectividade devem ser observadas.

3.1.1.2.1.1 Caberá ao candidato certificar-se do recebimento do e-mail com o link da chamada para o procedimento até às 15h00 do dia anterior à data agendada no item 4 deste Edital.

3.1.1.2.1.2 Havendo dificuldade de acesso, o candidato poderá requerer, mediante e-mail [prmt-selecao@mpf.mp.br](mailto:prmt-selecao@mpf.mp.br), até às 15h00 do dia 28/09/2023, acesso às dependências do Ministério Público para utilização das ferramentas necessárias para a videoconferência.

3.2 O procedimento de heteroidentificação será gravado em áudio e vídeo para fins de arquivamento, bem como para disponibilização ao interessado, quando solicitado, e para uso na análise de eventuais recursos interpostos pelo candidato.

3.2.1 O candidato que se recusar à gravação não terá a sua autodeclaração de negro confirmada e será eliminado do certame, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

3.3 Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes à confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em outros certames.

3.4 Durante o procedimento de heteroidentificação, será vedado ao candidato o uso de quaisquer acessórios, tais como boné, chapéu, óculos de sol, maquiagem ou de artifícios tecnológicos que impeçam, dificultem ou alterem a observação e o registro de suas características fenotípicas.

3.5 O candidato deverá obrigatoriamente comparecer munido de documento de identidade oficial com foto, para fins de identificação.

3.6 Ao candidato será permitida a presença de acompanhante ou profissional de apoio (como intérprete, por exemplo), mediante comunicação em tempo hábil à Unidade do MPF, realizadora do processo seletivo, pelos canais de comunicação institucionais

disponibilizados.

3.7 O parecer da Comissão de Heteroidentificação e da Comissão Recursal, pelo deferimento ou indeferimento deve ser proferido pela maioria simples de seus membros.

3.7.1 O teor do parecer será de acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

3.8 As deliberações da Comissão de Heteroidentificação e da Comissão Recursal terão validade apenas para a seleção pública para a qual foi designada, não servindo para outras finalidades.

3.9 A deliberação pela Comissão de Heteroidentificação e pela Comissão Recursal ocorrerá imediatamente após o término da entrevista.

3.9.1 No momento da deliberação pela Comissão de Heteroidentificação ou pela Comissão Recursal, o candidato e seu acompanhante, quando for o caso, não poderão permanecer no local da sessão.

3.10 É facultado à Comissão de Heteroidentificação solicitar nova entrevista pessoal (telepresencial ou presencial) e documentos caso entenda ser necessário.

3.11 Na hipótese de constatação de declaração falsa, poderá o candidato ser eliminado da seleção e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação de sua contratação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

3.12 O candidato cuja autodeclaração não for validada no procedimento de heteroidentificação será considerado reprovado como cotista e será eliminado do concurso.

3.13 O candidato que não comparecer perante a Comissão de Heteroidentificação ou a Comissão Recursal no dia e horário, estabelecidos em ato de convocação, terá a sua autodeclaração de negro não confirmada e será eliminado do concurso.

3.14 O enquadramento ou não do candidato na condição de pessoa negra não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza.

3.15 O resultado provisório do procedimento de heteroidentificação será publicado no sítio eletrônico <http://www.mpf.mp.br/mt/estagie-conosco/xvi-processo-seletivo-unificado-para-recrutamento-de-estagiarios>, no qual constarão os dados de identificação do candidato e a conclusão do parecer da Comissão de Heteroidentificação a respeito da confirmação da autodeclaração.

3.16 Caberá recurso da decisão da Comissão de Heteroidentificação no prazo de 3 (três) dias contados a partir da publicação do resultado provisório da avaliação no site.

3.16.1 O recurso deverá ser encaminhado à Comissão Recursal e o resultado definitivo será divulgado no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

3.16.2 Em face de decisão que não confirmar a autodeclaração terá interesse recursal o candidato por ela prejudicado.

3.17 A análise do recurso será feita por uma Comissão Recursal, composta por três integrantes, distintos dos membros da Comissão de Heteroidentificação.

3.18 À Comissão Recursal reserva-se o direito de convocar o/a candidato/a para uma nova entrevista pessoal (telepresencial ou presencial).

3.19 Das decisões da Comissão Recursal não caberá recurso.

3.20 O edital de resultado final no procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/mt/estagie-conosco/xvi-processo-seletivo-unificado-para-recrutamento-de-estagiarios>.

3.21 Não haverá segunda chamada para a realização do procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

#### 4. DO CRONOGRAMA

DATA	HORÁRIO	NOME
29/08/23	09h	JOYCE NASCIMENTO PICOUTO
29/08/23	09h15	TAYNARA ALVES DE MIRANDA
29/08/23	09h30	OSVALDO TEIXEIRA DE ARRUDA
29/08/23	09h45	LÍVIA DE PAULA SANTOS
29/08/23	10h	LORENA VITORIA OLIVEIRA AMORIM

Cuiabá, 26 de setembro de 2023.

*assinado eletronicamente*

**GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES**

Procurador da República

Membro da Comissão Organizadora